

O PARTIDO REPUBLICANO DE GOIÁS NO PODER: CHEGA O CREPÚSCULO ÀS TRINCHEIRAS DEMORATAS

Jales Guedes Coelho Mendonça¹

jalesgcm@bol.com.br

RESUMO

O presente artigo representa parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no curso de doutorado da UFG. Busca-se destacar aspectos do contexto político que precedeu a transferência da capital de Goiás, marcado pela hegemonia do Partido Democrata e, após 1930, pelo domínio dos antigos opositores reunidos no Partido Republicano de Goiás. A elaboração do trabalho valeu-se da análise documental e da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: História de Goiás; Revolução de 1930.

ABSTRACT

The present article represents part of the inquiry that is developed in the course of doctorate of the UFG. It is looked to detach aspects of the political context that preceded the transfer of the capital of Goiás, marked especially by the hegemony of the Democratic Party and, after 1930, for the power of the opposition ancients of the Republic Party of Goiás. The preparation of the work used the documentary analysis and the bibliographical inquiry.

Key words: History of Goiás; Revolution of 1930.

As origens da Revolução de 1930 podem ser compreendidas por diversos ângulos. Sob o viés político, o pacto de Ouro Fino, firmado em 1913, consolidou a união de São Paulo e Minas, isolando o Rio Grande do Sul. Após o consulado do mineiro Artur Bernardes (1922-1926), sucedido pelo paulista Washington Luís (1926-1930), a cadeira presidencial, pela ordem, caberia a um representante montanhês – muito provavelmente o governador Antônio Carlos Andrada.

Contudo, a insistência de Washington Luís em lançar o paulista Júlio Prestes cinde o ajuste entre os dois poderosos estados, tornando-se a causa mais visível da ruptura do acordo cognominado “café-com-leite.”² A preterição de Minas Gerais, além de aproximar os gaúchos dos mineiros, altera correlação de forças do quadro político nacional.

Formada a Aliança Liberal, a oposição apresenta na corrida eleitoral de março de 1930 a

¹ Doutorando em História pela UFG. Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes. Artigo confeccionado em agosto de 2012 para o V Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação em História da UFG.

² Para maior aprofundamento das causas da revolução, ver LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

candidatura do gaúcho Getúlio Vargas e do paraibano João Pessoa à presidência e vice-presidência da República respectivamente.

Apesar da significativa votação aliancista, Júlio Prestes vence afinal a disputa. A partir daí tem início, apesar da hesitação de alguns atores, a conspiração visando uma insurreição armada no Brasil. A trama é fortemente impulsionada pelo assassinato de João Pessoa, logo transformado em hediondo crime político, embora os principais motivos do homicídio não conectarem-se com a seara política. Discorrendo sobre o assunto, ensina Boris Fausto:

Apesar das adesões, em meados de 1930 a conspiração revolucionária andava mal. Um acontecimento inesperado veio lhe dar alento. A 26 de julho, João Pessoa era assassinado em uma confeitaria do Recife por João Dantas, um de seus adversários políticos. [...] A morte de João Pessoa teve grande ressonância e foi explorada politicamente. Seu enterro na capital da República, para onde o corpo foi trasladado, reuniu uma grande massa. Os opositores recebiam de presente uma grande arma. Daí em diante, tornou-se mais fácil desenvolver a articulação revolucionária.³

Após várias articulações e um rosário de acontecimentos, finalmente a data inaugural do levante é fixada. No dia 03 de outubro de 1930, eclode o movimento em diversos pontos do país. As forças legalistas se defendem como podem, malgrado demonstrarem resistência aquém do projetado pelos revolucionários. Finalmente, em 24 de outubro, os militares dissidentes destituem Washington Luís, instituindo uma junta governativa provisória. Dez dias depois, Getúlio Vargas assume o poder:

A 3 de novembro Getúlio Vargas entra no Rio de Janeiro à frente das forças revolucionárias comandadas por Góes Monteiro, então coronel mas já guindado, por força da revolução, ao posto de general. No mesmo dia toma posse. E embora tivesse planejado empossar-se como Presidente da República ‘eleito e esbulhado pela fraude’ nas eleições de 1º de março, terminou por mudar de pensamento: ‘Assumo provisoriamente o govêrno da República como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo.’ Jamais um provisório foi tão permanente, pois que no poder iria demorar nada menos de quinze anos.⁴

No plano estadual, os ecos da Revolução de 1930 se fazem sentir de imediato. Preparando a reação, Washington Luís designa Antônio Ramos Caiado executor do estado de sítio em Goiás.

Levando a cabo seu mister, o presidente do Partido Democrata, calejado pelas experiências de 1909⁵ e pelo combate à Coluna Prestes, buscando alentar o governo central que já agonizava no Rio de Janeiro, mobiliza às pressas mais de dois mil correligionários.⁶

Ao que tudo indica, Caiado planejou conquistar o Triângulo Mineiro. Esta informação aparece claramente no diário de Vargas (dia 16 de outubro de 1930): “O estado-maior apanha e decifra vários rádios do adversário, e toma providências. Um dá a posição das forças em São Paulo;

³ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 323-324.

⁴ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1930 a 1960*. São Paulo: Editora Edaglit. 1962, p. 14.

⁵ Ano da chamada Revolução de 1909.

⁶ BARBOSA, Alaor. Totó Caiado depõe. *O Popular*, Goiânia, 11 de junho de 1978. Suplemento Cultural, p. 07.

outro, do senador Caiado, pedindo auxílio para invadir o Triângulo Mineiro; e outro, desistindo da invasão, porque os mineiros invadiram Goiás por Paracatu, ocupando Formosa.”⁷

Nas trincheiras do oposicionista Partido Republicano de Goiás, atos efetivamente beligerantes restringem-se às ações executadas pelos antigovernistas do sudoeste. Segundo Pedro Ludovico, ao saber da revolução, ele imediatamente se dirigiu a Uberlândia, onde então reuniu homens “habitados à luta armada, nos combates travados em Mato Grosso, durante um ano, pelas forças de Carvalhinho e Morbeck”.⁸ Sem perda de tempo, regressou a Goiás e atacou Rio Verde. Todavia, no confronto, seu grupamento é derrotado, caindo o líder preso. Em seu penúltimo número, *O Democrata* descreve assim o evento:

Encerrariamos esta secção sobre Goyaz apresentando o nosso territorio intocado pelos rebeldes si não tivessemos a registrar o apunhalamento da terra goyana por um filho seu – filho desnaturado e impenitente nas suas investidas contra as nossas tradições de bom senso e lealdade – Pedro Ludovico. Hoje, às primeiras horas da manhã, aquelle nosso desaffecto politico, aproveitando-se da situação anarchica em que se encontra parte de Minas, atravessou a fronteira, à frente de mais de 100 capangas e atacou Rio Verde. O destacamento policial daquela cidade, sob o commando do tenente Catulino Viegas, enfrentou, immediatamente, os invasores, offerecendo-lhes resistencia. Iniciado às 5 horas, somente às 12 terminou o combate, com o desbaratamento e fuga dos capangas, que deixaram prisioneiros, além do seu chefe Pedro Ludovico, alguns companheiros, bastante munição, armas e fardamento bem com um automovel.⁹

A mesma matéria aventa ainda que o frustrado ataque provocou na capital de Goiás manifestações de entusiasmo, a ponto do desembargador Benjamin da Luz Vieira e do secretário de Obras Públicas, José Xavier de Almeida Júnior, saudarem em praça pública a vitória “do feito d'armas de Rio Verde”:

Essa victoria da nossa Policia, em que collaborou, com grande brilho, o elemento civil de Rio Verde, foi recebida sob manifestações populares de entusiasmo nesta capital, com a participação das altas autoridades do Estado. [...] Defronte do Palacio Conde dos Arcos, falou o Desembargador Benjamin Vieira. Tambem se fez ouvir o Dr. Xavier Junior, Secretario de Obras Publicas, que, em nome do Governo disse do jubilo que lhe causara o feito d'armas de Rio Verde e salientou que elle constituia a confirmação, no campo da lucta, da solidariedade do Partido Democrata ao Sr. Presidente da Republica e aos demais poderes constituídos que se empenham, com a Nação, no combate á rebeldia.¹⁰

A insurreição caminhava a passos largos em todas as regiões pátrias, sobretudo em Minas Gerais, tanto que uma coluna militar do Triângulo Mineiro invade o território anhanguerino por Paracatu. Alcançando os contrafortes da Serra Dourada em 27 de outubro de 1930, o vice-governador em exercício, Humberto Martins Ribeiro, ao invés de fugir da previsível sanha dos revolucionários, resolve, corajosamente, permanecer no Palácio Conde dos Arcos, no afã de formalmente entregar o poder ao deputado Carlos Pinheiro Chagas.¹¹

⁷ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995, v. I, p. 11.

⁸ TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias; autobiografia*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973, p. 34-35.

⁹ Cf. *O Democrata*, Goyaz, 11 de outubro de 1930.

¹⁰ Idem.

¹¹ Carlos Pinheiro Chagas nasceu em Oliveira (MG) em 1889. Em 1930, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais.

De acordo com Filadelfo Borges, Carlos Pinheiro Chagas, irritado com a inusitada situação, travou o seguinte diálogo com o governador: “– Em nome da Revolução assumo o Governo de Goiás”, teria dito Chagas. “– Sob protesto eu entrego”, foi a resposta imediata de Humberto Martins”.¹²

Pouco dias depois, uma junta governativa formada por Emílio Póvoa, Pedro Ludovico e Mário Caiado é empossada. Na sequência, Vargas nomeia Ludovico interventor federal, que persistirá ininterruptamente no governo até 1945, sem prejuízo de prolongar seu domínio oligárquico até novembro de 1964.

É muito provável que Pedro Ludovico tenha sido o governante estadual que mais tempo permaneceu à frente da administração entre 1930 e 1945, superando inclusive João Punaro Bley, do Espírito Santo.¹³

Na época da assunção ludoviquista, a imprensa triangulina chegou a propalar a possível designação do coronel Mena Gonçalves¹⁴ como interventor federal de Goiás.¹⁵ Joaquim Rosa conta que o nome do Coronel Pirineus, comandante do 6º BC, também esteve em cartaz.¹⁶ A respeito dos motivos pelos quais Getúlio Vargas escolheu Ludovico existem muitas especulações. O tópico a seguir potencializa o papel desempenhado pelo tenente Domingos Vellasco:

Subsídios para a história política de Goiás: “Voz do Povo” dirigida pelo “revolucionário autêntico” Albatênio de Godoi escreveu há pouco que o sr. Velasco insistiu para que, depois de 30, fosse nomeado chefe de polícia do estado. A história é muito outra. Quando se cogitou da nomeação do interventor goiano, o sr. Mario Caiado e outros queriam que fosse o sr. Velasco o nomeado. Este recusou e indicou, em infeliz momento, o sr. Pedro Ludovico. O masorqueiro do sudoeste condicionou sua aquiescência em ser o interventor goiano à permanência do sr. Velasco na chefia de polícia. Eis o que houve sem tirar nem pôr.¹⁷

Em idêntico sentido, a passagem inserta no artigo de Domingos Vellasco: “A um homem que já regeitou uma cadeira de deputado federal por amor às suas idéas, pouco importam as posições. Vivesse eu a procura delas já teria exercido as mais eminentes no meu Estado. Sabem disso todos os que conhecem a política de Goiás.”¹⁸ É cediço que o próprio Ludovico reconheceu

Assumiu o governo de Goiás de 27 a 30 de outubro de 1930, sendo em seguida substituído por uma junta provisória. Foi tabelião no Rio de Janeiro. Em março de 1932, assumiu a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, no governo de Olegário Maciel (1930-1933), cargo em que permaneceu somente até junho daquele ano, quando faleceu em Belo Horizonte, no dia 25.” In: FGV/CPDOC. *Dicionário histórico-biográfico pós-30*/Coordenação: Alzira Alves de Abreu...[et al]. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, v. II, p. 1331.

¹² BORGES, Filadelfo. *César Bastos: vida e obra*. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1987, p. 35.

¹³ João Punaro Bley assumiu a interventoria do Espírito Santo em 1930, mas deixou-a em 1943. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. I, p. 691.

¹⁴ Antonino Mena Gonçalves nasceu em Rosário (RS) em 1876. Militar do Exército, com a Revolução de 1930, foi nomeado por Getúlio Vargas, ainda neste mês, governador provisório de Mato Grosso. Empossado em 3 de novembro, assumiu no dia 19 a condição de interventor federal. Em abril de 1931, Vargas o substituiu da interventoria. Faleceu na cidade de São Paulo em 1938. FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. III, p. 2592.

¹⁵ Cf. *O Diário da Revolução*, Uberlândia, 22 de novembro de 1930.

¹⁶ ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1974, p. 105.

¹⁷ Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiás, 02 de setembro de 1934.

¹⁸ VELLASCO, Domingos Netto de. Congresso político de Goiás. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 13 de fevereiro de 1933.

publicamente a contribuição vellasquista: “Bateu-se [Velasco] muito pela minha nomeação a Interventor.”¹⁹

Os meses posteriores à revolução foram de acomodação para os novos donos do poder. Em contrapartida, de desassossego para os chamados decaídos. Parafraseando Rosa, a onda no Palácio Conde dos Arcos era demitir “República Velha” e nomear “revolucionário”.²⁰

Relatos das mais diversas perseguições foram divulgados no opúsculo intitulado *Goiás Tétrico*,²¹ impresso em julho de 1931 em Uberlândia (MG). Esses dissabores experimentados pelos “carcomidos”, entretanto, são quase completamente ignorados pela opinião pública, o que, por certo, os aproxima do que Michael Pollak classificou de “memória subterrânea”:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. [...] A fronteira entre o dizível e indizível, o confessável e inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar a impor.²²

Preso por uma companhia do Exército em uma fazenda distante 40 léguas da capital,²³ Antônio Ramos Caiado, juntamente com seus parentes e correligionários, é recolhido incomunicável no quartel da 3ª Companhia do 6º BC sediado na Cidade de Goiás. Logo é transferido para o Rio de Janeiro, local donde somente regressaria em abril de 1932.

O jornal *O Democrata*, que regularmente publicara suas edições semanais desde 1917, é proibido de continuar suas atividades. Comentando a questão, criticou *A Tribuna*:

Uma das curiosidades do novo regimen estabelecido em Goyaz é o da falta de liberdade de imprensa. O dr. Cesar Bastos solicitou em carta ao interventor as precisas garantias para a livre circulação de um jornal sob a sua direcção, neste Estado. O dr. interventor não aprecia, na sua alta sensibilidade esthetica, essa flor de perfume esquisito que se chama imprensa livre. Não respondeu a carta, mas, em compensação, revelou seu sigillo a um inescrupuloso qualquer que delle deu publicidade pela ‘Voz do Povo’, órgão do partido dominante que, alem de comental-o declarou, em letra de forma, que ninguém tem direitos políticos. Em Goyaz, o direito individual, inherente ao proprio cidadão, como o de ter imprensa, se chama direito politico. E quem não concordar, concordasse.²⁴

Em essência, a notícia veiculada pelo agora governista *Voz do Povo* é mais ou menos a mesma, salvo a tentativa de justificar as medidas constritivas adotadas:

o jornal triangulino invectiva o Secretario de Segurança por ter prohibido a publicação do jornal ‘Democrata’. Isso não é verdade. O Dr. Cesar de Bastos foi chamado à policia

¹⁹ TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.*, 1973, p. 41.

²⁰ ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 105.

²¹ SILVA FILHO & CIA. *Goiás Tétrico*. [S.l.:s.n.], 1931.

²² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, nº 3, 1989, p. 5-8.

²³ Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 23 de novembro de 1930.

²⁴ Cf. *A Tribuna*, Uberlândia, 15 de fevereiro de 1931.

porque desejava ressuscitar o partido caiadista, afim de criar empecilhos à acção do Dr. Interventor Federal. Disse-lhe então o Sr. Domingos Vellasco que S. S. aguardasse o período pré-eleitoral para fazer política, visto que o momento não comportava agitações partidárias. E que, ao se cogitar de eleições, o Sr. César de Bastos teria amplas garantias, para exercer o direito do voto. Foi isso que se passou, em dezembro ultimo. Em fevereiro, recebeu a policia um rascunho de artigo sem assignatura. Desconfiando que seu autor era ainda o Sr. Cesar Bastos – o Sr. Secretario da Segurança lh'o devolveu, reiterando o conselho de não cuidar de politicagem, enquanto o Brasil e Goyaz não voltassem ao regime normal. Isso foi o que fez a policia goyana, com o applauso de todos os goyanos, pois não é justo que os elementos que levaram o Brasil à revolução e que são respossaveis por muitos crimes – queiram exercer direito de critica antes de serem absolvidos pela Justiça competente. Por enquanto, os irmãos Ramos Caiado, seus primos, sobrinhos e outros como o sr. Cesar Bastos são réus.²⁵

O ambiente político vivido no estado mediterrâneo no pós-1930 certamente influenciou na peremptória decisão tomada por César da Cunha Bastos: abandonar Goiás.²⁶ De acordo com Orestes Borges Guimarães Filho, quando César Bastos soube do assassinato de Luiz Barreto Correia de Menezes Júnior, perpetrado em Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara) em outubro de 1933,²⁷ ele teria afirmado, após lamentar o funesto delito, que aconselhara o chefe político caiadista santaritense a deixar o território goiano.²⁸

No tocante à liberdade de imprensa, cabe assinalar que *O Democrata* nunca mais voltaria a circular com o mesmo nome, ressurgindo apenas em agosto de 1934 – após a redemocratização do Brasil –, com outro título: *A Coligação*. Ainda assim, esta gazeta, órgão oficial da Coligação Libertadora, redatoriada pelo jornalista Alfredo Nasser,²⁹ teria também vida efêmera, uma vez que em março de 1936 o guante da censura a alcançaria, cerrando definitivamente suas oficinas.

Com efeito, o funcionamento da imprensa no ciclo ludoviquista é um capítulo da história de Goiás que precisa ser melhor estudado. Nessa perspectiva, as fontes examinadas induzem que o caiadismo suportou mais tolerantemente as críticas dos periódicos oposicionistas do que o ludoviquismo, embora não vacilasse em bater as portas do poder Judiciário. Ao traçar a trajetória de Antônio Ramos Caiado, o memorialista Joaquim Rosa confirma a ilação: “Não havia censura à imprensa, é certo (a censura foi inaugurada no período ludoviquiano).”³⁰

Impugnando uma provocação exarada pela *Voz do Povo*, que, ao saudar o primeiro ano

²⁵ Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 20 de março de 1931.

²⁶ César da Cunha Bastos fixou residência no interior de Minas Gerais e posteriormente em Mato Grosso, voltando a Goiás somente após o fim do Estado Novo. In: BORGES, Fidadelfo. *Op. Cit.*, p. 56.

²⁷ Ver MENDONÇA. Jales Guedes Coelho. O crime de Santa Rita do Paranaíba: coronelismo no extremo sul de Goiás. In: *VIII Semana de Pesquisa e III Colóquio de Pesquisa de História/UFG*, 2010.

²⁸ Cf. depoimento prestado por Orestes Borges Guimarães Filho ao autor em 2009.

²⁹ Alfredo Nasser nasceu em Caiapônia (GO) em 1907, filho de imigrantes libaneses. Jornalista profissional, trabalhou na *Folha de São Paulo*, e, de volta a seu estado natal, dedicou-se ao jornalismo e ao magistério. Elegeu-se deputado estadual (1935-1937) pela Coligação Libertadora. Integrou, por concurso público, os quadros do DASP. Foi deputado federal (1959-1965) e senador da República (1947-1950). Assumiu em outubro de 1961, o ministério da Justiça, nomeado por Tancredo Neves. Faleceu em 1965. ” In: FGV/CPDOC, *Op. cit.*, vol. IV, p. 4035.

³⁰ ROSA, Joaquim. *De Totó Caiado a Pedro Ludovico*. Goiânia: Oriente, 1980, p. 15.

do governo do presidente Washington Luís, insinua perseguição do “regime anterior”,³¹ o semanário *O Democrata* afiança que “nunca” se registrou uma só violência contra os jornais da minoria no estado de Goiás:

Aonde é que já se viu em Goyaz, empastellar jornaes, se aggredir physicamente um jornalista? Temos tido varios orgams de opposição, taes como o *Goyaz*, a *Imprensa*, e nunca para honra da nossa civilização se registrou uma só violencia contra elles e seus redactores. Ora, é melhor que a *Voz do Povo* deixe de estar chorando lagrimas de crocodilo.³²

Em idêntica direção, crônica encontrada no opúsculo *Goiás Tétrito* sob o título “Política – liberalismo invertido”:

O órgão oficial da interventoria em Goiás, publica, para edificação dos povos, um comunicado, uma advertencia, um conselho, ou coisa que o valha, da Delegacia Geral de Policia, em que se recomenda à gente goiana muita cautela na apreciação dos sabios atos da ditadura de bitola estreita local, cuja sensibilidade excessiva não pode suportar qualquer reparo. (...) Nesse andar, o truculento senador Caiado acabará apontado como o tipo do liberal; porque, durante todo o seu longo predomínio no Estado, a imprensa oposicionista disse dele e da situação que chefiava “cobras e lagartos”, sem haver recebido notas significativas como essa.”³³

No referido compêndio, há notícia de que durante as convenções do Partido Democrata na Cidade de Goiás, Antônio Ramos Caiado determinava que a polícia, por cautela, protegesse a sede da *Voz do Povo* de eventuais atentados:

Quantas vezes só o seu silêncio [de Ramos Caiado] bastaria para que a tipografia fosse empastelada, as machinas fossem quebradas e fosse arrazado o proprio predio do jornal inimigo, podendo, com razão attribuir-se à multidão indignada e sempre irresponsavel! Nas múltiplas ocasiões em que se via rodeado de amigos exaltados, nas convenções do partido, como na memorável reunião para a posse do Dr. Alfredo de Moraes, o primeiro cuidado do chefe era mandar guardar pela própria polícia as oficinas da *Voz do Povo*, para que as exaltações dos democratas não as prejudicassem.³⁴

A própria circulação ininterrupta da *Voz do Povo* por mais de três anos, com o estilo jornalístico que lhe era peculiar, tonifica a verossimilhança da premissa. Por fim, a acusação exprimida por Francisco de Britto:

Já se tornou proverbial a ogerisa do sr. Pedro Ludovico Teixeira pela imprensa independente. O interventor goyano não tolera criticas, ainda as mais suaves. Nesse particular a sua sensibilidade é igual à sensibilidade de um nervo de dente de mulher hysterica. Se o jornal o critica, está ao alcance da sua mão, esgana-o. [...] Entretanto ninguém mais do que o sr. Pedro Ludovico gritou contra a tyrannia, contra a prepotência, contra a mentira das urnas, contra todas as formas de escravização política. [...] E ninguém jamais o impediu de falar e de escrever, embora às vezes com violência. Guindado ao poder

³¹ Provavelmente em alusão ao governo do presidente Artur Bernardes.

³² Cf. *O Democrata*, Goyaz, 25 de dezembro de 1927.

³³ SILVA FILHO & CIA. *Op. Cit.*, p. 31.

³⁴ Idem, p. 61-62.

por uma revolução, olvidou o passado, abjurou a doutrina que defendeu.³⁵

Na realidade nenhum periódico de caráter antigovernista foi fundado na Cidade de Goiás até 1934. Os democratas, portanto, ficaram praticamente silenciados no interregno discricionário de outubro de 1930 a agosto de 1934, conforme já observara anteriormente a historiografia regional:

É preciso ressaltar ainda – e considero fundamental que nos lembremos disso – que da mesma forma que as antigas oligarquias eram acusadas pelos oposicionistas de abusos e violências, antes de 1930, o mesmo aconteceu no momento posterior. Talvez não tenhamos tantas fontes porque a repressão aos oposicionistas do regime, principalmente a partir de 1937, tenha sido mais incisiva do que fora antes de 1930.³⁶

O jornal à época significava o único meio de comunicação de “massa” – ou pelo menos próximo a isso –, com fonte emissora na unidade anhanguerina.³⁷ Nem se diga com esta afirmação se estaria negando a existência de rádio na década de 1930. Não. Ocorre que pela radiodifusão os goianos, via de regra, eram meros receptores de notícias de outros centros urbanos.

Os revolucionários trabalharam desde o início para fulminar o prestígio dos integrantes do Partido Democrata, sobretudo o de Antônio Ramos Caiado, sempre o mais visado.³⁸ A título de exemplo, a manchete da gazeta jataiense *O Liberal* bem sintetiza o plano: “Crimes horrorosos do caiadismo”.³⁹ A linguagem usada no subtítulo segue a mesma perspectiva: “Ramos Caiado – alma de Torquemada, espectro de Aretino, – cruel e licencioso, em explosões de ódio vil e rasteiro, trucidou o povo goyano durante 20 annos, deshonorando... matando... roubando...”.

Muito da tentativa de legitimação da nova ordem derivou da desconstrução incessante do regime anterior e de seus principais protagonistas.⁴⁰

A despeito da aludida campanha, o retorno de Antônio Ramos Caiado a Goiás, em abril de 1932, evidencia que, embora atenuada, a chama democrata ainda flamejava em vários quadrantes aquém-Paranaíba.⁴¹

O situacionismo estadual, tentando minimizar o impacto da volta de Caiado, após vários meses de ausência de Goiás, ordena que nas estações ferroviárias o contingente policial, em tom de intimidação, impedisse a utilização de foguetes pelos caiadistas. Em Catalão, alguns condutores de automóveis que se dirigiam a Goiandira são obstados de continuar viagem. Algumas prisões são

³⁵ BRITTO, Francisco. O vilão e a vara. In: CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. 2ª ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973, p. 125-126.

³⁶ ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Identidade e cidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003, p. 22.

³⁷ ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. *Depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980, p. 37.

³⁸ Chamado por muitos de chefe supremo.

³⁹ Cf. *O Liberal*, Jatahy, Sudoeste Goyano, 13 de março de 1932.

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 09.

⁴¹ Cf. *A Tribuna*, Uberlândia, 17 de abril de 1932.

realizadas, como a do jornalista José Ayube, acusado de estar armado. Na Cidade de Goiás, as circunstâncias se repetem com maior intensidade:

Em frente à casa do influente chefe, então, a ostentação de força culminou. Era uma verdadeira praça de guerra. Dir-se-ia que se tratava de um acontecimento perigoso para a ordem publica: a chegada do dr. Caiado. É que no auge do rancor e do despeito, era preciso arranjar um artifício qualquer para tornar menos delirante as manifestações de apreço ao illustre goyano.⁴²

A narrativa de Jaime Câmara trilha a mesma senda: “O regresso de Ramos Caiado não deixou de criar problemas para o Governo revolucionário, em virtude não somente da situação nacional (...) como também pelas demonstrações de apreço que o ex-Senador vinha recebendo de vários municípios goianos.”⁴³

Em 09 de julho de 1932, menos de 90 dias após o regresso de Ramos Caiado, estoura em São Paulo a Revolução Constitucionalista. No mesmo dia da deflagração do levante, o democrata, por ordem direta do interventor, novamente conhece o cárcere. Agindo rapidamente, depois de ser cientificado do movimento bandeirante, Pedro Ludovico manda prender ainda outros vultos decaídos, consoante se lê da comunicação endereçada a Getúlio Vargas: “Em virtude telegrama transmitido Sampaio Correa que denunciava entendimento reacionario mandei prender ex senador Ramos Caiado ex desembargador Airosa de Castro e outros elementos decaidos medida preventiva pt sds Pedro Ludovico interventor”.⁴⁴

A versão de Antônio Ramos Caiado é digna de nota:

Quando se levantou o povo de São Paulo, pela constitucionalidade do Brasil, a 9 de julho de 1932, recrudescu em Goiás a violência. Caiado foi convidado para explicações na Polícia, e quando lá chegou foi detido pelo Chefe de polícia Estelita Campos, alegando que havia recebido, naquele dia, telegrama mandando deter uma lista de nomes ilustres no Quartel de Polícia de Goiás. Ao chegar Caiado, para responder, ao anunciado inquérito verificou que foram chegando presos: o Presidente do Tribunal do Estado, Desor. Ayrosa Alves de Castro, o Ex-Presidente do Estado, Dr. Humberto Ribeiro, o Desor. Benjamin Vieira, Dr. Arnulfo Caiado, o ex-deputado federal Dr. Lincoln Caiado de Castro, o comerciante Apulcho de Alencastro, Deputado Dr. Agenor de Castro, Cel. Raulino de Castro, Ubirajara Caiado, Cap. João da Costa Oliveira e vários outros políticos do Estado. Todos ficaram presos incomunicáveis, desde 9 de julho até 31 de outubro do ano de 1932, sem poder ver, nem escrever as famílias respectivas, e toda sorte de violência foram praticadas contra os detentos.⁴⁵

Após amargar mais de cem dias de prisão incomunicável e ver o levante paulista, que poderia mudar a situação política do Brasil e de Goiás, sucumbir, Antônio Ramos Caiado e seus correligionários são soltos. De imediato, já surge no horizonte democrata o desafio da eleição de maio de 1933 para a escolha dos representantes da iminente Assembleia Nacional Constituinte.

⁴² Idem.

⁴³ CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: ed. do autor, 1967, p. 52.

⁴⁴ Cf. telegrama do interventor Pedro Ludovico Teixeira ao presidente Getúlio Vargas. Cidade de Goiás, datado de 09 de julho de 1932. Manuscrito. Fundação Getúlio Vargas, classificação GVC1932/07/09/5.

⁴⁵ BARBOSA, Alaor. *Op. Cit.*, p. 07.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Identidade e cidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. *Depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980.
- BARBOSA, Alaor. Totó Caiado depõe. *O Popular*, Goiânia, 11 de junho de 1978, Suplemento Cultural.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1930 a 1960*. São Paulo: Editora Edaglit, 1962.
- BORGES, Filadelfo. *César Bastos: vida e obra*. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1987.
- BRITTO, Francisco. O vilão e a vara. In: CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. 2ª ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973, p. 125-126.
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: ed. do autor, 1967.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- FGV/CPDOC. *Dicionário histórico-biográfico pós-30*/Coordenação: Alzira Alves de Abreu...[et al]. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001, v. I, II, III, IV e V.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.
- MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. O crime de Santa Rita do Paranaíba: coronelismo no extremo sul de Goiás. In: *VIII Semana de Pesquisa e III Colóquio de Pesquisa de História/UFG*, 2010.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, nº 3, 1989, p. 5-8.
- ROSA, Joaquim. *De Totó Caiado a Pedro Ludovico*. Goiânia: Oriente, 1980.
- _____. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1974.
- SILVA FILHO & CIA. *Goiás tétrico*. [S.l.:s.n.], 1931.
- TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias; autobiografia*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.
- VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995, v. I.
- VELLASCO, Domingos Netto de. Congresso político de Goiás. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 13 de fevereiro de 1933.